

em MOVIMENTO

Pelos caminhos do mundo,  para o caminho de Abril

Jornal da responsabilidade do PCP/Emigração

Distribuição gratuita
Nº 7 - Abril de 2010



«Avante!»

O Avante! é simultaneamente um «jornal como os outros» e um jornal muito diferente. Trata-se do órgão central do Partido Comunista Português, o único jornal político de expansão nacional, com a preocupação de reflectir a opinião do PCP sobre a realidade política nacional e internacional, informando com rigor e verdade, dando particular atenção, por um lado às actividades da organização partidária, por outro às lutas e aspirações dos trabalhadores portugueses. *O Avante!* interessa o leitor pela visão de classe que os comunistas têm do mundo que querem transformar. De resto, folheia-se como um outro jornal qualquer. De certeza com mais motivos de interesse...

Através das suas rubricas, *O Avante!* vai propondo uma leitura arrumada em secções, cada uma delas integrando um comentário de actualidade. Dirigentes do Partido, deputados, sindicalistas e outros camaradas colaboram, com textos curtos de cariz geralmente sectorial, ou com artigos de opinião mais aprofundados, para o esclarecimento e aprofundamento de questões que constituem, não só o noticiário da semana, como os temas mais actuais. Assim, ler e divulgar *O Avante!* é estar mais bem informado sobre o que se passa em Portugal e no Mundo. É levar mais longe a voz do PCP.

Assinaturas: 1 ano
Portugal – 54,00 €
Europa – 120,00 €
Fora da Europa – 180,00 €

Os pedidos devem ser feitos através das organizações do PCP, ou directamente para:

Edições Avante!
Av. Gago Coutinho, 121
P1700-029 Lisboa



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo

NOME _____
MORADA _____
CÓDIGO POSTAL _____
TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

www.pcp@pcp.pt
www.pcp.pt

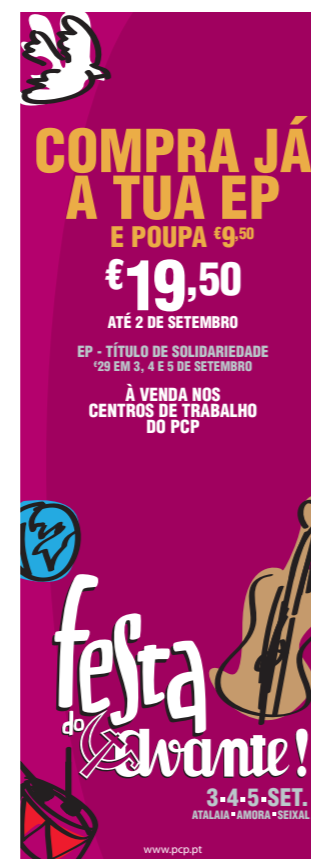
«O Militante»

Este número de Março/Abril de 2010 de *O Militante*, que acaba de ser editado, tem como tema de capa os 100 anos da proclamação do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e contém um “dossier” sobre a Revolução Republicana de 1910, de que destacamos: “A República e as mulheres trabalhadoras” de Domingos Abrantes, “A República e o temor ao bolchevismo!” de Silvestre Lacerda e “Do Constitucionalismo monárquico à Constituição democrática de 1976” de António Filipe.

Trata-se de um conjunto de artigos que se integram nas iniciativas com que, ao longo do ano, o PCP vai assinalar a efeméride, contribuindo assim para um melhor conhecimento de uma revolução que teve uma forte componente popular e que acabou com a Monarquia em Portugal.

O Militante analisa ainda questões de Organização, da unidade dos trabalhadores, do Movimento Associativo Popular, e outros temas relativos às diversas frentes de trabalho em que o PCP participa. São artigos que ajudam os militantes a compreender e a estarem melhor preparados para as lutas que os trabalhadores, o seu Partido de classe e o movimento sindical unitário desenvolvem.

Assinaturas – 1 ano
Portugal – 8,10 €
Europa – 20,00 €
Fora da Europa – 30,00 €



Nos dias 3, 4 e 5 de Setembro.
A não perder!
Não há festa como esta!

Compre já a sua EP (válida para os três dias da festa) por 19,50€ (até ao dia 2 de Setembro).
Nos dias da Festa o seu valor é de 29€ por dia!

Festa do Avante, a Festa do Órgão Central do PCP é hoje a Festa de Portugal e dos portugueses.

Visite o Pavilhão da Emigração!
Um ponto de encontro dos emigrantes espalhados pelo mundo.

89 Anos de Vida e de Luta



Avante por
um PCP
Mais Forte!



Reforço do PCP
p. 5



Quem beneficia com a crise?
p. 9

EDITORIAL

Lutar por uma vida melhor
Dar mais força ao PCP

A manipulação das palavras para iludir a realidade é prática corrente e «moderna» em toda a Europa e, por seguidismo, também em Portugal. São padrões que passaram a «empreendedores», trabalhadores que passaram a «colaboradores», aumento de horários que passou a «horários flexíveis», intensificação da exploração que passou a «repartição dos sacrifícios», etc...

As afirmações de responsáveis governamentais de que a emigração não aumentou no nosso país inserem-se nesta política seguidista, são ridículas e chocam-se com a observação quotidiana das nossas comunidades no estrangeiro, com a apreciação feita por estudiosos e pela própria Igreja. Chocam-se, sobretudo, com a gravíssima situação económica e social com que o nosso país se confronta, resultado da desastrosa política de direita levada a cabo nos últimos 34 anos pelos diversos governos do PS, PSD e CDS/PP, e que o Governo PS/Sócrates aprofundou, destruindo a nossa economia, mesmo antes da crise internacional do capitalismo.

É neste contexto que aos trabalhadores que buscam noutros países da Europa trabalho e salário que em Portugal lhes é negado deixaram de lhe chamar de emigrantes e passaram a «trabalhadores em circulação no espaço europeu». Uma «modernice» de dupla vantagem para o Governo PS/Sócrates: primeiro, não tem de incluí-los na taxa de desemprego, que atinge já mais de 10,4%; segundo, não tem de se preocupar com a situação e os problemas dos emigrantes e luso-descendentes porque estes são «cidadãos europeus» com direito à «mobilidade», descartando-se assim das suas obrigações constitucionais para com eles.

Mas os emigrantes são cidadãos portugueses a cujos problemas e aspirações o Gov. PS/Sócrates volta as costas. São portugueses que depois de anos de sacrifícios, ora em nome do défice das contas públicas, ora em nome da crise nacional e internacional, procuram na Europa, no Brasil ou em Angola superar dificuldades financeiras ou aplicar conhecimentos académicos desaproveitados no seu país. E a situação tende a piorar.

Ao OE para 2010 (aprovado com o apoio de toda a direita), que aprofunda as desigualdades e injustiças sociais na distribuição da riqueza nacional, junta-se agora o chamado Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), que nada tem de estabilidade nem de crescimento. É, sim, um programa de instabilidade, retrocesso e declínio nacional, uma repetição para pior das velhas medidas e orientações neoliberais que não resolveram nenhum dos problemas do país, antes os agravaram, aplicadas aos mesmos de sempre – os trabalhadores.

Num país com os mais baixos salários da UE, com cerca de 700 mil desempregados, mais de 1 milhão e duzentos mil trabalhadores com estatuto precário, mais de 2 milhões de pobres, com uma economia em recessão, como se pode aceitar a previsão de que, nos próximos 4 anos, 1 em cada 10 portugueses em idade activa esteja no desemprego? Que o Governo aponte para novos cortes nas prestações sociais, nos investimentos públicos, nas despesas públicas, com a degradação e encarecimento dos serviços? Como se pode aceitar que se ceda vergonhosamente às exigências de Bruxelas congelando salários, enquanto se anunciam aumentos das portagens, dos combustíveis, dos impostos, com as anunciadas limitações à dedução das despesas de saúde e educação no IRS?

Entregando ao capital privado tudo o que resta de empresas estratégicas para a nossa economia, com as anunciadas privatizações da GALP, TAP, REN, CTT e de partes da Caixa Geral de Depósitos é uma vez mais o grande capital a beneficiar da crise, enquanto se prevê que a economia cresça apenas 1,7% lá para o ano 2013.

É necessário dizer basta e lutar contra esta política desastrosa. Não estamos condenados ao atraso e à regressão económica, social e cultural. Hoje, como ontem, a luta de massas é determinante para outro rumo para Portugal. Uma luta que vai continuar e intensificar-se em pequenas e grandes acções, que irão confluir no 1.º Maio – Dia do Trabalhador – numa vigorosa jornada nacional de luta e exigência de uma vida melhor.

Para potenciar a favor dos trabalhadores a confrontação de classes que se trava no nosso país, é vital reforçar a organização e a influência política e social do PCP, ligando-o cada vez mais aos trabalhadores e ao povo, razão da sua existência e da sua força.

O reforço da organização e do prestígio do nosso Partido, inserido na acção geral «Avante! Por um PCP mais forte», vai permitir a participação de mais militantes, mais organismos a funcionar, mais iniciativas abertas a amigos do Partido, aumentar o recrutamento e influenciar mais pessoas para apoiar as nossas posições. Para a sua ligação às massas é de enorme importância a inserção dos comunistas no movimento associativo emigrante.

Distinguindo-se como a força de oposição de esquerda à política de direita, é com este Partido – que a 6 de Março comemorou 89 anos – que afirma a sua identidade comunista, o seu projecto de transformação revolucionária da sociedade, os seus princípios, ideais e valores, que os trabalhadores e o povo podem contar para a cons-trução de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem – o socialismo.

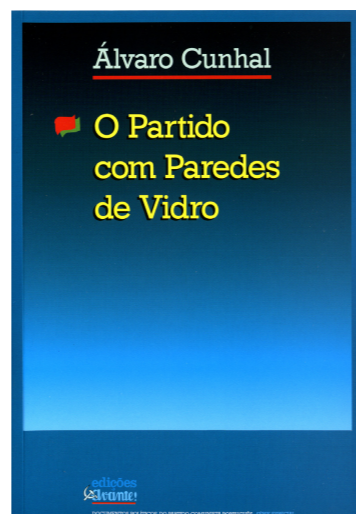
«O Partido com Paredes de Vidro»
Uma ferramenta essencial

Obra editada em 1985 – comemoramos a passagem dos 25 anos sobre a publicação da primeira edição – da autoria do camarada Álvaro Cunhal, «O Partido com paredes de vidro» é um livro indispensável que dá a conhecer como os comunistas portugueses concebem, explicam e desejam o seu Partido.

O PCP é, na verdade, um partido com paredes de vidro, transparente, com objectivos perfeitamente definidos e divulgados: acabar com a exploração do Homem pelo Homem, construir a sociedade socialista e comunista, promover a dignificação do Ser Humano no seu todo. Ao contrário dos outros partidos que se dizem socialistas, sociais democratas ou democratas sociais, mas que defendem o sistema capitalista, o PCP é um partido que defende a democracia política, económica, social e cultural.

O PCP afirma-se como o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, dos sectores e camadas sociais anti-monopolistas, intimamente ligado ao trabalho e cuja força reside nessa mesma ligação ao mundo laboral, aos reformados, aos estudantes, aos intelectuais, aos micro, pequenos e médios empresários. Por isso os seus objectivos de luta correspondem aos interesses fundamentais da esmagadora maioria da população portuguesa.

No âmbito das iniciativas em que se comemora o 89º aniversário do PCP, e no quadro da Resolução do XVIII Congresso e da campanha «Avante! Por um PCP mais forte», é fundamental estudar e divulgar «O Partido com Paredes de Vidro», ferramenta essencial para o reforço da organização partidária, para a intervenção política e para a luta ideológica.



O PCP tem uma rádio na Internet que emite desde o dia 21 de Abril de 2005. Este projecto, de nome COMUNIC, vai para o ar todas as quintas-feiras, entre as 15 e as 18 horas (hora de Lisboa).

Para ouvir basta aceder ao endereço: www.comunic.pcp.pt.

É um espaço com emissões muito diversificadas, onde não faltam as notícias das lutas dos trabalhadores, da actividade do PCP, as entrevistas, as mesas-redondas, chamadas «A conversa com...», e em que todos os que quiserem comunicar podem fazê-lo por email (comunic@pcp.pt), colocando questões e emitindo as suas opiniões.

FICHA TÉCNICA

Propriedade, Administração e Edição
DOE – Direcção da Organização na
Emigração do PCP

Directora:
Rosa Rabiais

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
P 1600-196 LISBOA
Telef : (351) 21 781 38 00
Fax. (351) 21 781 38 32
E-mail: emigracao@pcp.pt
Site: www.emigracao.pcp.pt
Contribuinte 500 940 673

Colaboradores:
Amadeu Batel
Anselmo Dias
Ilda Figueiredo
José Cavaco
José Soeiro
Manuel Alho
Mário Pinto
Raul Lopes
Rui Paz

Impressão:
Tiragem: 5.000 exemplares

Viva o 1.º de Maio,
jornada de luta dos trabalhadores

Portugal enfrenta uma grave situação económica e social, em que se salientam os baixos salários, a precariedade, a violação dos direitos dos trabalhadores, um gravíssimo nível de desemprego que já não existia desde o tempo do regime fascista.

No final de 2009 mais de 700 mil trabalhadores estavam desempregados, realidade que potencia a debilidade da nossa economia, a estagnação da produção.

Acresce a isto a situação de trabalhadores portugueses que têm um baixo nível de vida, quer estejam no activo, quer na situação de reformados, o que os coloca muitas vezes no limiar da pobreza.

É neste quadro preocupante que o Governo PS/Sócrates pretende agravar ainda mais, com o chamado Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), autêntica declaração de guerra a quem trabalha, que irá decorrer o 1.º de Maio em Portugal.

As consequências da ofensiva capitalista, embora em escalas diferentes são comuns a muitos países onde a emigração portuguesa está presente. Por isso a diáspora portuguesa, tendo em conta a situação própria de cada país, deverá fazer das comemorações do 1º de Maio um dia de luta pela melhoria das suas condições de vida e de exigência de uma política de emigração capaz de dar resposta aos problemas concretos dos emigrantes portugueses.

Em Portugal o 1.º de Maio irá, seguramente, constituir uma grandiosa jornada de luta e de convergência dos trabalhadores pela ruptura com a política de direita e pela imperiosa necessidade de uma alternativa de esquerda, mudança que o PCP propõe e pela qual luta, e que é do interesse dos trabalhadores, do povo e do país.

Vivam os trabalhadores de todo o Mundo!

Por tudo o que nos trouxe,
Que viva o 25 de Abril!

No próximo dia 25 de Abril comemora-se o 36º aniversário de uma Revolução que, seguramente, em oitocentos anos de História do nosso país, constitui um dos acontecimentos mais importantes em todos os planos, político, económico, social e cultural. Importa, pois, comemorar tal acontecimento não apenas na sua vertente histórica mas, sobretudo, parafraseando o saudoso Ary dos Santos, pelas *Portas que Abril Abriu*.

Que portas foram essas?

Os dois primeiros artigos da Constituição de República Portuguesa, que entrou em vigor em 25 Abril de 1976, sistematizavam as perspectivas de liberdade e progresso social abertas por Abril:

Artigo 1.º:

«Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.»

Artigo 2.º:

«A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráti-

cas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».

É evidente que nada disto constitui o actual panorama do nosso viver colectivo porque a «santa aliança», forjada em interesses comuns do PS, PSD e CDS-PP, através de sucessivas alterações, subverteu a letra e o espírito da Constituição.

O socialismo e o poder das classes trabalhadoras foram riscados da lei fundamental, porque nem o socialismo, nem o poder das classes trabalhadoras estão compaginados com aquilo que são os interesses do grande capital, mandante dos partidos que têm estado no Governo nos últimos 35 anos.

Contudo, a chama iluminada em 25 de Abril de 1974 continua acesa.

Nenhum dos objectivos Constitucionais atrás referidos é letra morta.

A comemoração desta data gloriosa é, pois, uma contribuição importante para que o Portugal de Abril se mantenha vivo e bem vivo.

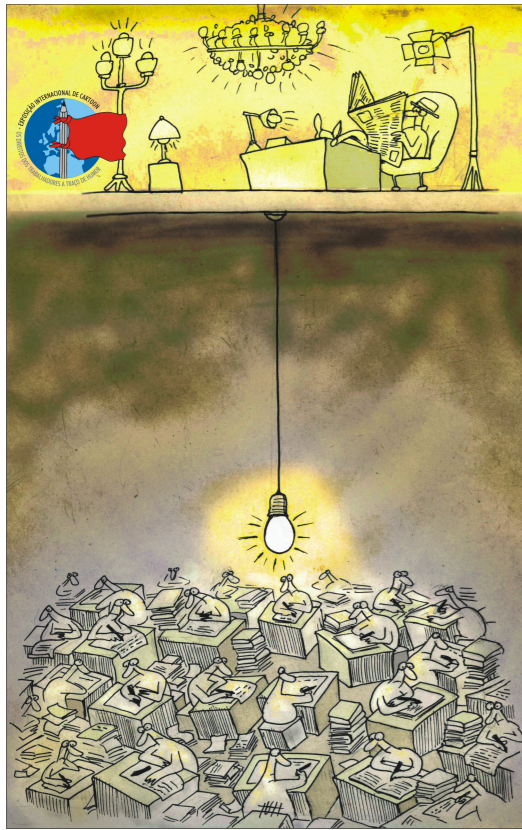
25 de Abril Sempre!



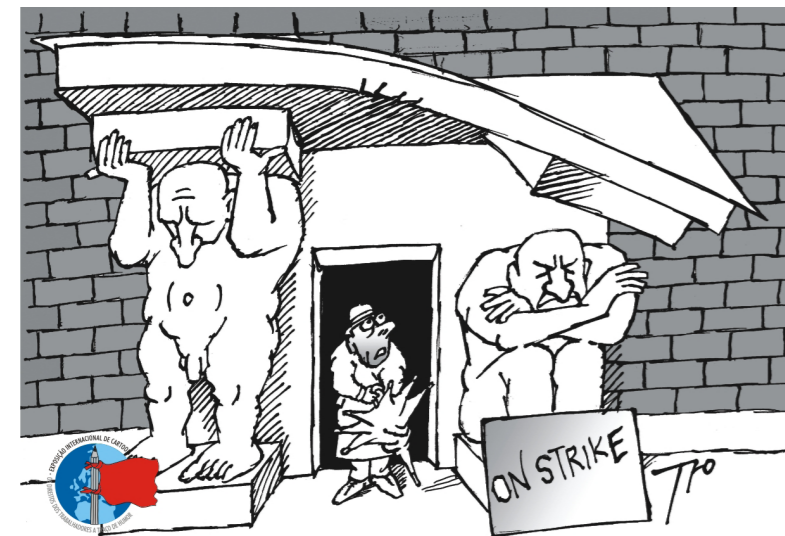
O Partido Comunista Português, em colaboração com a Humorgrafe, apresentou uma *Exposição Internacional de Cartoon – Exploração e direitos dos trabalhadores, olhar crítico a traço de humor*. A exposição decorreu de 18 de Março a 9 de Abril no Centro Trabalho Vitória, em Lisboa.

O desafio que o PCP e a Humorgrafe fizeram a cartoonistas e caricaturistas de vários pontos do globo e de diferentes opções políticas e ideológicas foi que, a partir da sua própria reflexão filosófico-humorística, pudessem usar o seu olhar crítico a traço de humor foi bem recebido. De todo o mundo recebemos 346 trabalhos, de 112 artistas de 39 países.

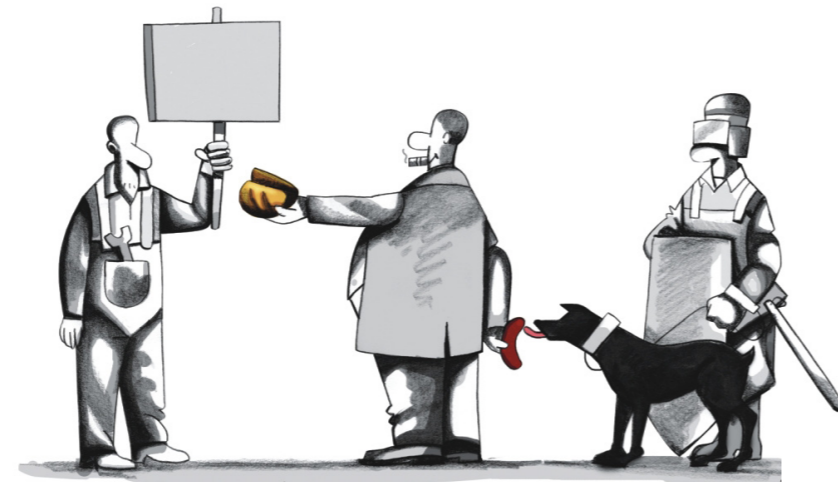
Aqui ficam alguns dos cartoons:



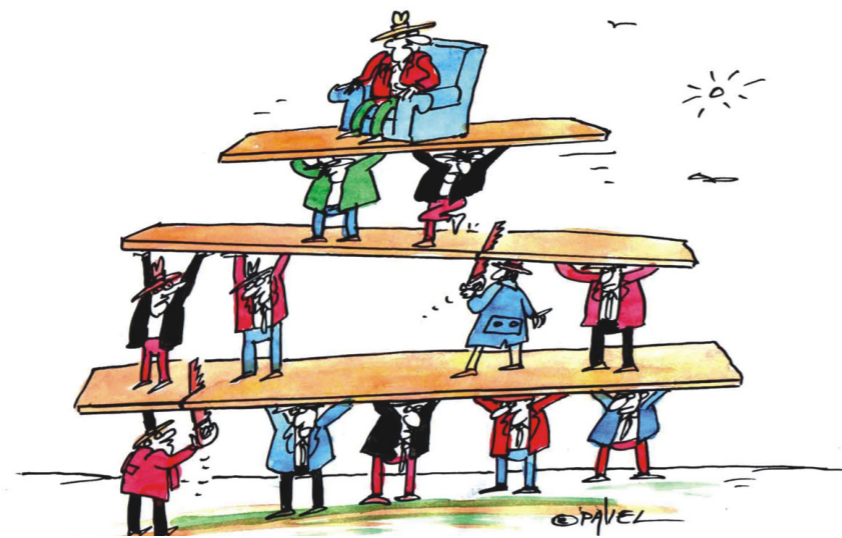
Mohsen Zarifan,
Irão



Sergei Tunin,
Rússia



Hicabi Demirci,
Turquia



Constantin Pavel,
Roménia

Petição à Assembleia da República sobre as reformas dos emigrantes

Um colectivo de portugueses radicados em França prepara o lançamento, a curto prazo, de uma petição pública dirigida à Assembleia da República, relativa às reformas dos emigrantes, onde se reclamará, entre outras medidas, a taxação dos benefícios do capital financeiro como forma de garantir a sustentabilidade financeira da Segurança Social e a fixação legal da idade da reforma aos 60 anos. A iniciativa surge na sequência do Encontro/Debate sobre as Reformas dos portugueses emigrados em França que o PCP promoveu, em Paris, em 31 de Janeiro do ano passado, e no qual participaram diversos especialistas e um numeroso público interessado nesta problemática. Logo ali se manifestaram várias preocupações atinentes a questões como a contagem dos tempos para a reforma, o reconhecimento das reformas por invalidez e as pensões mínimas. No documento, que irá ser lançado para subscrição pelos portugueses residentes no estrangeiro, reivindicar-se-á a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, designadamente com a criação de uma nova contribuição a recair sobre o Valor Acrescentado Bruto das médias e grandes empresas de capital intensivo e com a taxação das mais-valias bolsistas. São matérias igualmente reclamadas pelos promotores da petição, a generalização da idade da reforma aos 60 anos em toda União Europeia e, enquanto tal não acontece, o reconhecimento pelo Estado português das reformas oficialmente garantidas pelo regime francês aos nossos compatriotas com 60 anos, sem qualquer penalização pela antecipação da idade de reforma.



Do documento constará ainda a exigência do reconhecimento recíproco por todos os Estados-membros da União Europeia das reformas por invalidez concedidas por qualquer um destes Estados, bem como a atribuição pelo Estado português, também aos portugueses com períodos contributivos curtos e residentes no estrangeiro, da Pensão Social e a permissão da sua acumulação com pensões provenientes de outros regimes. O colectivo promotor da petição é constituído por diversos cidadãos que já tinham incluído o grupo de trabalho que preparou o já mencionado Encontro/Debate sobre as Reformas, muitos dos quais não são membros do PCP. Preparam-se agora para recolher as 4 mil assinaturas a fim de permitir que estes temas sejam debatidos no plenário da Assembleia da República.

União Europeia e emigração

Ilda Figueiredo

Na União Europeia fala-se de mobilidade e livre circulação de pessoas para evitar encarar as discriminações de que continuam a ser vítimas muitos trabalhadores emigrantes, embora não devam existir quaisquer distinções entre trabalhadores oriundos dos 27 países da União Europeia.

Mas todos sentem e sofrem as consequências da caminhada da União Europeia no sentido da desvalorização do trabalho. Foi sobretudo com a dita Estratégia de Lisboa que apareceu a insistência na flexibilidade laboral e na liberalização dos serviços, a que se seguiu a proposta da directiva Bolkestein que pretendia, de uma penada, avançar para a harmonização dos baixos salários e do trabalho precário, através da defesa do princípio do país de origem.

A luta dos trabalhadores obrigou a alguns recuos, que foram mais aparentes do que reais. As graves decisões do tribunal de Justiça Europeu sobre os casos Laval e Viking Line, vieram tornar claro que o artigo 49º do anterior Tratado da União Europeia, e que se mantém no Tratado de Lisboa, sobre o direito de estabelecimento e liberdade de circulação das empresas, é usado para justificar práticas de *dumping* social, para desvalorizar a negociação colectiva, para deslocalizar trabalhadores de países de baixos salários para países com maiores salários, mantendo a diferença salarial do país de origem, para colocar trabalhadores em concorrência entre si.

A leitura que fizeram da flexigurança foi realizar alterações da legislação laboral que desvalorizam o trabalho para facilitar a precariedade do emprego em geral.

Com o agravamento do desemprego, os emigrantes serão também vítimas da nova estratégia "UE 2020", onde querem insistir em mais liberalizações, maior flexibilidade e aumento da idade para obter a reforma, além de tentarem cada vez mais cortes nos direitos laborais e sociais. **Por isso, a luta dos emigrantes é a luta de todos os outros trabalhadores.**



Aprovado na generalidade o projecto-lei do PCP em defesa do Movimento Associativo português no estrangeiro

A Assembleia da República debateu na generalidade, no passado dia 17.03.10, seis projectos de lei associados à problemática da emigração portuguesa, três dos quais apresentados pelo PCP.

- dois sobre o associativismo português no estrangeiro, um do PCP e um outro do PSD;
- dois sobre a comunicação social em língua portuguesa no estrangeiro, um do PSD e outro do CDS;
- um sobre a criação de um fundo de apoio social aos emigrantes, apresentado pelo PCP;
- e um outro sobre a criação de um fundo de apoio ao movimento associativo português no estrangeiro, igualmente apresentado pelo PCP.

Assumindo a diferença e mesmo divergência nalguns aspectos entre os diferentes projectos em discussão, mas tendo presente a importância e necessidade de responder positivamente aos legítimos anseios das nossas comunidades espalhadas pelo mundo, o Grupo Parlamentar do PCP interveio no sentido de que todos os projectos pudessem ser aprovados na generalidade de modo a que, na discussão na especialidade, se encontrassem, com o envolvimento das estruturas representativas das nossas Comunidades, de forma responsável e construtiva, as soluções mais adequadas à realidade presente.

Registando a declaração de intenção de viabilizar os seis projectos em apreciação feita pelos representantes do Grupo Parlamentar do PSD, o PCP, em coerência e no respeito pelos compromissos que assume, disponível para desenvolver na especialidade um trabalho em profundidade, com o envolvimento de todos os interessados e no sentido de se alcançarem soluções que representem um efectivo avanço na resposta às justas aspirações das nossas Comunidades, votou favoravelmente a descida à discussão na especialidade de todos os projectos.

Contrariando a sua declaração de viabilizar os seis projectos em apreciação, o PSD, ao abster-se em dois dos três projectos do PCP, o da criação do fundo de apoio social aos emigrantes residentes no estrangeiro e do fundo de apoio ao movimento associativo, inviabilizou de facto a sua discussão na especialidade, pois tornou o voto contra do PS maioritário. Assim vai a coerência entre a teoria e a prática no PSD.

A aprovação na generalidade do projecto do PCP sobre o “Movimento Associativo das Comunidades Portuguesas residentes no estrangeiro”, pelo seu conteúdo e abrangência, é seguramente uma excelente notícia para todos os que há anos lutam pelo reconhecimento e mais do que justificado apoio a esta extraordinária realidade que é o Movimento Associativo das Comunidades Portuguesas, obra dos nossos emigrantes espalhados pelo Mundo.



Alguns aspectos mais salientes do projecto-lei do PCP

- o Estado deve apoiar o Movimento Associativo na prossecução das suas actividades, atendendo às características das comunidades portuguesas no estrangeiro;
- as Associações são independentes do Estado, dos partidos políticos, das organizações religiosas, ou de quaisquer outras;
- as Associações têm direito a pronunciar-se em matérias do seu especial interesse, quer junto do Governo Português, através das Embaixadas e Consulados, quer junto do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Com a sua iniciativa junto da Assembleia da República, o PCP reclama que os partidos que, alternadamente, têm estado no governo e que, a nível do discurso, reconhecem a importância estratégica das Comunidades Portuguesas, votem favoravelmente o referido projecto-lei.



Quem beneficia com a crise?

Os responsáveis pela crise têm sido os únicos que dela beneficiam, continuando a fazer fortunas de um dia para o outro na especulação bolsista, a ter benefícios fiscais e, no caso da banca, a pagarem de IRC metade do que paga um pequeno empresário.

Em 2009, em plena crise, o GovernoPS/Sócrates injectou no sector financeiro, desfalcando as contas públicas, milhares de milhões de euros para salvar os banqueiros. E, escandalosamente, só a banca teve no ano passado cerca de 5 milhões de euros de lucros por dia.

Também em empresas como a EDP, a REN, a GALP e a PT, que o Governo anuncia, no chamado Programa de Estabilidade e Crescimento, entregar totalmente ao capital privado, os lucros foram superiores a 2.050 milhões de euros.

Enquanto isso mais sacrifícios são impostos a quem vive do seu trabalho, com a estagnação e corte nos salários, o aumento dos impostos e dos preços, os cortes nas prestações sociais para os mais carenciados, o aumento da idade da reforma para os trabalhadores da Administração Pública, a degradação dos serviços públicos, etc.

As opções políticas do PS são uma declaração de guerra aos trabalhadores e de conluio de interesses com os grandes grupos económicos e financeiros, numa teia de corrupção, de compadrio e de jogos de influência geradores de um ambiente de suspeição e descrédito, favorável à intensificação da exploração.

É urgente outro rumo para o país, com uma ruptura com a política de direita e afirmação de uma política patriótica e de esquerda que, entre outras medidas:

- promova a produção nacional e retome o caminho da recuperação económica;
- defenda um forte e dinâmico sector empresarial do Estado, nomeadamente na banca, sector energético, transportes, comunicações e indústrias estratégicas, pondo fim às privatizações;
- valorize o trabalho e os trabalhadores, aumentando salários e pensões e defendendo os direitos;
- combata o desemprego e apoie os desempregados;
- introduza uma política fiscal que, quer taxando as grandes fortunas, quer taxando, desde já, as mais-valias em bolsa, contribua para uma maior justiça social, o equilíbrio das contas públicas e a amortização da dívida pública;
- valorize as micro, pequenas e médias empresas, nomeadamente acabando com o pagamento por conta do IRC, congelando ou reduzindo os preços na energia, telecomunicações, transportes e portagens de forma a apoiar a competitividade da nossa produção;
- garanta o carácter universal e solidário da segurança social pública;
- promova o acesso de todos a serviços públicos de qualidade no ensino e na saúde, pondo fim à privatização das funções sociais do Estado;



- defenda e promova a cultura e a língua portuguesas, nomeadamente o ensino do português como língua materna entre os emigrantes e luso-descendentes.

Estas são algumas das medidas que o PCP tem proposto e que considera necessárias e possíveis para fazer frente à crise económica e social e abrir perspectivas de progresso e desenvolvimento do país.

A hora é de luta, de resistência e exigência de uma política de esquerda!



Manifestação da Interjovem realizada no dia 26 de Março.

O Governo e a morte anunciada do português como língua identitária na diáspora

Consideramos preocupantes as recentes declarações da presidente do Instituto Camões, entidade coordenadora e executora das políticas de língua, ensino e cultura do actual Governo. A Prof. Doutora Ana Paula Laborinho, ao afirmar publicamente que “O ensino de português enquanto língua materna pode acabar em alguns países porque o objectivo é a sua integração nos sistemas de ensino no estrangeiro” vem tão-só confirmar, na sua perspectiva e na do Governo, o fim de um ciclo de ensino de português nas comunidades e anunciar a morte prematura da língua portuguesa nessas comunidades enquanto língua identitária.

No mesmo sentido são as afirmações do Dr. António Braga (Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas), na reunião com o Conselho Permanente do CCP, no dia 28 de Janeiro do corrente ano. Segundo o Dr. António Braga, foi imperioso prioritar o sectionamento de objectivos em matéria de políticas de língua e de ensino aquando da passagem da tutela do Ensino de Português no Estrangeiro (EPE) para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Instituto Camões. Na sua perspectiva, o ensino de português como língua materna encontra-se descentrado desses objectivos, defenden-

do mesmo, de forma categórica, a necessidade dos pais portugueses residentes fora do território nacional **adoptarem a língua do país de residência na comunicação com os filhos**. O Secretário de Estado das Comunidades sustenta o patriótico princípio de que a primeira língua de socialização na Alemanha para uma criança luso-descendente tenha de ser o alemão. O Dr. António Braga não terá talvez consciência da gravidade da defesa deste princípio que obstaculiza a transmissão intergeracional do português na diáspora com a consequente extinção do português como língua identitária.

As políticas de língua e de ensino para as comunidades, decididas pelo anterior e actual governos, são profundamente discriminatórias dos portugueses não-residentes.

Sem uma política orientada para a protecção e conservação da língua portuguesa enquanto língua identitária na diáspora não há, no futuro, comunidades portuguesas e nem Portugal será uma nação abrangente de todos os portugueses, tal como se afirma na Constituição da República Portuguesa.



Da Exposição Internacional de Cartoon, patente no CT Vitória do PCP, Lisboa, Portugal

A crise do capitalismo na Alemanha e a Comunidade Portuguesa

Na Alemanha, a crise do sistema capitalista irrompe de uma forma cada vez mais brutal. A quebra da produção e o aumento do desemprego são impressionantes. Só em Janeiro de 2009, o número oficial de desempregados já tinha aumentado mais 387 mil em relação ao mês anterior, perfazendo o total de 3 milhões e 489 mil. Mas estas estatísticas não incluem os 200 mil trabalhadores com mais de 58 anos reformados compulsivamente por estarem desempregados; os 300 mil obrigados a trabalhar por um euro à hora; os 400 mil com horários incompletos e salários reduzidos devido à quebra da produção e cujo número não cessa de aumentar; as centenas de milhares de jovens à procura do primeiro emprego; os 7 milhões de alemães que vivem com 345 euros mensais da assistência social

e das medidas “Hartz IV”, socialmente excluídos e sem qualquer esperança de um futuro melhor; os milhões que trabalham mas não ganham o suficiente para poder viver. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2004, ainda antes desta nova vaga de devastação económica, já viviam na miséria 10,6 milhões de pessoas, isto é, 13% da população alemã, enquanto o lucro líquido das sociedades financeiras aumentou 42% entre 2000 e 2005. A comunidade portuguesa, constituída na sua esmagadora maioria por trabalhadores assalariados, também está a sofrer as consequências da crise económica e da desregulação dos direitos laborais e sociais que desde 1989/1990 vêm sendo prosseguidos drasticamente. Dos cerca de 140 mil portugueses que residem na Alemanha, apenas

quatro mil são pequenos empresários - proprietários de restaurantes ou lojas de comércio em geral de produtos portugueses - que estão também a sentir as dificuldades do empobrecimento cada vez maior de uma população que perde constantemente o poder de compra. Grandes fábricas como a Karmann na cidade de Osnabrück, que empregaram durante anos e anos centenas e até milhares de portugueses, entram num processo acelerado de quebra de produção. Na unidade de produção de acessórios de automóveis Federal Mogul em Bürscheid, onde chegaram a trabalhar 1200 portugueses, hoje trabalham apenas 60 e numa situação de extrema insegurança quanto ao seu futuro.

89 anos de vida e de luta “Avante! Por um PCP mais forte”

Uma vez mais, os comunistas emigrantes comemoraram o aniversário do seu Partido num ambiente de camaradagem, orgulho e confiança no futuro, apesar da violenta ofensiva capitalista contra os trabalhadores e os povos.

Nas diversas iniciativas realizadas em seis países, participaram mais de 390 camaradas e amigos, o que é revelador do prestígio do Partido nas comunidades e das potencialidades de alargar a sua influência política e reforçar a sua organização.

Não pactuando com o capital, nem com o poder, o PCP que tem a sua própria reflexão, experiência de luta e visão dialéctica da realidade, e afirma a sua identidade comunista, o seu projecto político de transformação revolucionária da sociedade, distingue-se no panorama partidário português como a grande força de oposição de esquerda à política de direita.

Por isso, para travar os difíceis combates que se colocam na luta do nosso povo contra a exploração, é de importância vital reforçar a organização, a influência política, social e eleitoral do Partido, ligando-o cada vez mais aos trabalhadores e ao povo.

O reforço da sua organização e influência junto dos emigrantes, dos luso-descendentes e das novas gerações de emigrantes, inserida na acção geral “Avante! Por um PCP mais forte”, vai permitir trazer à participação partidária mais militantes, pôr mais organismos a funcionar regularmente, aumentar o recrutamento, realizar mais iniciativas abertas a amigos do Partido e influenciar mais pessoas para o apoio às suas posições.

Os resultados da actividade partidária, nos três primeiros meses deste ano, são bastante animadores. Salientamos apenas alguns aspectos:

- Reuniu o Organismo de Coordenação da Emigração na Europa (OCEE), em que já participou a camarada Rosa Rabiais, membro do Comité Central e actual responsável pela Organização da Emigração;
- Realizaram-se plenários de militantes, reuniões com os Organismos de Direcção Nacionais (ODN) e com diversos organismos de base no Luxemburgo, na Bélgica, na região de Paris, no Brasil e na Suíça;
- Na Assembleia da Organização da Bélgica, que se realizou a 24 Janeiro, foi eleito um novo ODN, responsabilizando dois quadros jovens;
- Em França, o plenário de militantes, com 36 presenças, esteve de acordo com a proposta do Organismo de Direcção da Região de Paris (ODIRP) de organizar todos os militantes do país numa única organização e

convocou, para dia 6 de Junho, a 1ª. Assembleia da Organização da França;

- Na reunião alargada do ODN do Brasil, em S. Paulo, a 21 de Fevereiro, foi recomposto o ODN com novos quadros;
- Na Suíça prepara-se a 10ª. Assembleia da Organização, que se realiza a 2 de Maio, tendo já reunido, para além do ODN, os núcleos de Zurique e Genebra;
- Na Alemanha, o núcleo de Dusseldorf está a funcionar com regularidade;
- Foram recrutados 12 novos militantes: 4 em França, 4 na Alemanha, 1 em Espanha, 1 na Suíça, 1 no Brasil e 1 em Angola;
- Na entrega dos novos cartões do Partido, apesar de alguns atrasos, recuperou-se o contacto com militantes desligados da actividade há algum tempo;
- Mais 7 militantes assinaram o “Avante!” e 5 “O Militante”.

Muito trabalho há ainda a fazer para que este esforço de fortalecimento orgânico e ideológico do Partido prossiga, com entusiasmo e confiança, voltado para a acção política e para uma forte ligação às comunidades portuguesas.

O conhecimento das condições de vida e de trabalho dos emigrantes em cada país, nomeadamente das características e aspirações próprias de uma nova geração de emigrantes, é fundamental para elevar a consciência social e política destes trabalhadores e ganhá-los para a necessidade da sua organização e luta contra a exploração.

Os comunistas estão com os trabalhadores dos países de acolhimento nas lutas que travam contra o desemprego, a precariedade, o ataque aos direitos, as desigualdades e injustiças sociais.

Continuam empenhados na denúncia da política de direita do Governo PS/Sócrates para a emigração e continuarão a luta e o protesto contra o ataque ao ensino da língua portuguesa como língua materna, o mau funcionamento de muitos consulados, a inutilidade dos vários quiosques virtuais que se encontram ainda empacotados e pelo direito às pensões de reforma.

A inserção dos comunistas no movimento associativo emigrante é de enorme importância na ligação às massas e deverá ser, em alguns casos, mais dinâmica e criativa.

No entanto, ela não pode substituir a afirmação e a iniciativa própria do Partido junto dos emigrantes, a sua ligação a outros democratas apoiantes da CDU e a divulgação do seu projecto político de construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem.



Reunião do ODN em Luxemburgo.



Reunião do ODN em Genebra, Suíça.



Emigrantes comemoram aniversário do Partido

Também na emigração se assinalou o 89º aniversário do PCP. Em **França** foram duas as iniciativas realizadas durante os dias 6 e 7 de Março, que contaram com a presença de Rosa Rábais do Comité Central. Em Paris, 80 militantes e simpatizantes do PCP participaram no almoço do dia 7. Na véspera, em Nemours, participaram 23 pessoas. Nestas iniciativas, a dirigente comunista realçou «a hora é de luta, de resistência e de exigência de uma política de esquerda».

Na **Suíça**, na cidade de Neuchâtel, 60 pessoas participaram no almoço realizado no dia 6. Na sua intervenção, Manuel Alho sublinhou o papel dos comunistas na luta contra as injustiças e Conceição Belo destacou o centenário do Dia Internacional da Mulher.

Mais de meia centena de pessoas participaram no jantar realizado em Essen, na **Alemanha**. Luciano Caetano da Rosa, do Organismo de Direcção do PCP naquele país, salientou o papel do Partido na defesa das conquistas e direitos alcançados com a Revolução de Abril. Em 2009, só na região de Dusseldorf, entraram para o PCP 15 novos militantes.

No **Luxemburgo**, realizou-se também um jantar comemorativo em Dudelange, com 60 presenças com a participação de José Neto do Comité Central. Presente delegação do PCL.

Na **Bélgica**, em Bruxelas, o almoço contou com a presença de 52 camaradas e amigos e usou da palavra o camarada Ricardo Marques do ODN.

Fora da Europa também se realizaram iniciativas: em **Angola**, no dia 7 de Março, com um almoço na Associação 25 de Abril de Luanda, que contou com cerca de 30 pessoas, entre as quais personalidades angolanas que assim manifestaram a sua solidariedade à Organização do PCP naquele país; no **Brasil**, foi assinalada a efeméride no dia 20 de Março, com um almoço no Restaurante Varanda, na cidade velha de São Paulo e que reuniu militantes e simpatizantes do PCP, e também dirigentes do PCdoB e do PCB, que levaram aos presentes «a sua solidariedade, parabéns e reiteração dos objectivos que unem os três partidos».



Comemoração do 89º aniversário do PCP em Paris, França.



Comemoração do 89º aniversário do PCP em Luxemburgo.



Comemoração do 89º aniversário do PCP em São Paulo, Brasil.



Comemoração do 89º aniversário do PCP em Neuchâtel, Suíça.



Comemoração do 89º aniversário do PCP em Essen, Alemanha.



Comemoração do 89º aniversário do PCP em Bruxelas, Bélgica.

Os comunistas na Suíça preparam a sua 10ª. Assembleia da Organização

O trabalho preparatório para a 10ª. Assembleia da Organização do PCP na Suíça, que se realiza a 2 de Maio, em Berna, já se iniciou neste fim-de-semana com a reunião do Organismo de Direcção Nacional, antecedido de reuniões dos núcleos de Zurique e de Genebra, que contaram com a presença de Rosa Rábais, membro do CC.

A análise do quadro político, económico e social, nacional e internacional, e o conhecimento aprofundado da realidade em que vivem os emigrantes portugueses naquele país, são fundamentais para definir as grandes linhas de intervenção do Partido junto dos emigrantes, bem como medidas de direcção e quadros para o seu reforço orgânico, inserido na campanha geral “Avante! por um PCP mais Forte”.

Apesar de uma larga experiência de ligação ao movimento associativo e à actividade sindical, em que muitos quadros do Partido se

destacam, impõe-se uma reflexão mais profunda sobre a ligação do Partido às massas e o trabalho unitário do Partido, que permita uma mais alargada difusão do seu projecto político, as suas propostas e iniciativas, que o prestigie e alargue a sua influência junto da Diáspora.

Preparar a Assembleia da Organização, ligada ao reforço orgânico, à acção e iniciativa política, é o grande desafio que se coloca aos comunistas. Para já, o seu empenhamento na mobilização para as diversas comemorações unitárias do 25 Abril será um contributo valioso para uma maior participação de portugueses na defesa e reafirmação dos valores e ideais da Revolução de Abril.

O PCP denuncia: Duplicam os casos de portugueses escravizados em Espanha

Constatado que está que a igualdade entre os Estados-membros da UE não passou de mera propaganda, em Espanha continuamos a verificar como os trabalhadores portugueses, na sua maioria itinerantes/precários, constituem, cada vez mais, a mão-de-obra barata que este país necessita para atenuar as devastadoras consequências da sua conivência com o imperialismo.

Em Espanha o governo “socialista”:

- Fomenta o retorno de muitos emigrantes oriundos de países geográfica e culturalmente mais distantes que o nosso, recorrendo, em alguns casos, à mentira, tomando medidas e destinando verbas para incentivar esse regresso;
- Despreza o facto, através da mais demagógica manipulação informativa, dos servidores da estratégia da direita, quando no governo, apostarem fortemente nos emigrantes como factor de contenção salarial.

É neste contexto que o actual Ministro do Trabalho e Imigração do governo “socialista” espanhol, Celestino Corbacho, veio há dias reforçar o discurso xenófobo, particularmente depois do aprofundamento das dificuldades económicas em Espanha. Quanto aos partidos nacionalistas, proferem, em meios de comunicação como “Rádio Punto”, afirmações como: “Todos os que queiram vir trabalhar a Espanha, que eliminem essa questão da sua agenda imediatamente.”

Partidos como Convergencia i Unió, que governou durante muitos anos a Catalunha, criticam agora os emigrantes portugueses que, semanalmente, viajam a Barcelona para trabalhar na construção do hospital de Reus, subcontratados pelo respectivo Município. Não sendo este um caso excepcional, também na Galiza, e por motivos diversos, a “CIG”, Confederação Intersindical Galega, aponta o dedo às Câmaras, acusando-as de só terem como objectivo os lucros das empresas, algumas das quais integram nos seus quadros mais de 90% de mão-de-obra vinda de Portugal, tirando vantagem do baixo nível de exigência desses trabalhadores.

Em suma: estes são mais alguns indícios que apontam no sentido da clivagem sócio-económica entre os países europeus com poder decisão (em que a Espanha se integra) e os restantes que, gradualmente, assumem uma postura de submissão, como é o caso de Portugal. Acresce a isto o cariz neoliberal do governo de Sócrates e de outros, como PSD ou o CDS/PP, que desaproveitados que foram os Fundos de Coesão para reestruturação das nossas infra-estruturas, sobretudo durante a governação de Cavaco Silva, que permitiram que deparemos hoje com notícias que provam a dimensão da tragédia que atinge actualmente o povo português parte do qual é obrigado a emigrar, fazendo lembrar os anos sombrios da década de sessenta.

Como exemplo, podemos ler no “Notícias de Burgos”:

“Exploravam portugueses por 20€ ao mês e mantinham-nos enclausurados.

Seis cidadãos portugueses foram detidos na sequência de uma operação da “Guardia Civil”, nas comarcas de “Ribera del Duero” e “Esgueva”, contra a contratação de mão-de-obra irregular estrangeira para tarefas agrícolas. Em dois quartos de duas residências diferentes, propriedades desta banda, as autoridades concluíram que dormiam dezoito trabalhadores aos quais se lhes pagava com alimentação, vestuário, cama e, 20€ mensais, encontrando-se os mesmos desprovidos de documentação devido ao facto desta lhes ter sido retirada pelos agora detidos.”

Concluindo: a juntar a estas práticas do capitalismo, o desinvestimento na área consular, a desresponsabilização, o abandono e a privatização dos serviços de apoio aos emigrantes que este Governo tem concretizado, não só permitem a falta de acompanhamento de situações deste tipo como potenciam a percepção de desamparo daqueles que são vítimas de tais situações.



Monumento aos trabalhadores em Zurique, Suíça

Consulados virtuais

Mais uma vez os emigrantes são vítimas da política-espectáculo e demagógica deste Governo. Por um lado, não reforça o número de funcionários nos consulados, como devia, para que estes possam resolver os problemas dos emigrantes com qualidade e celeridade. Por outro lado, em nome da poupança económica, sempre nas costas dos emigrantes, enviou para algumas Associações na Suíça umas máquinas, a que dá o nome de “consulados virtuais”, máquinas que vão acumulando pó, à espera que alguém venha um dia pô-las a funcionar.

Pergunta-se: qual foi o preço dessas máquinas e a quem servem? E depois se um dia funcionarem, quem vai trabalhar com elas? Quem vai custear a sua manutenção? Como se pode respeitar a privacidade?

Moral da história: o dinheiro dos contribuintes só serve para a política espectáculo!